

Luciana Lóssio lidera Associação de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas

A Associação foi criada com o intuito de apoiar e defender, através de ações afirmativas, os direitos e participação das mulheres dentro da política

08/09/2016 10:09:37

Mais uma vez a ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luciana Lóssio, lidera a luta pelo empoderamento feminino no país. Ela foi a instituída para ocupar o cargo de presidente da Associação de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas – uma organização criada logo depois da “VII Reunião Ibero-Americana de Magistradas Eleitorais: Igualdade de Género e Democracia”, que aconteceu em 17 e 18 de março, em Brasília. A associação é um canal direto para que as magistradas possam defender, assistir e proteger os direitos das mulheres na política e colocar em prática o que é decidido nas reuniões anuais das meritíssimas. No comando estará sempre uma integrante pertencente ao país anfitrião do encontro, advogada brasileira preside a organização durante um ano, até a próxima edição do evento, quando outra juíza deve ocupar o posto.

A intenção da Associação, este ano, é trabalhar em prol da igualdade e representatividade da figura feminina na política, através de ações afirmativas, e combater os atos que violem ou comprometam negativamente, de forma direta ou indireta, a participação das mulheres no poder. “A Reunião de Magistradas sempre existiu e já estamos na sétima edição, mas não havia algo de concreto que desse amparo aos encontros. Então, nós entendemos que era necessário a criação de uma instituição para que possamos desenvolver com mais base legal os eventos e essas políticas de afirmação feminina.”, explica Luciana Lóssio.

A juíza destacou a importância das instituições se manterem atentas quanto às questões de igualdade de gênero nos países. “O país que sedia a Reunião de Magistradas é escolhido de acordo com a necessidade daquela região em relação a participação das mulheres na política. Existe uma preocupação a respeito de qual país está precisando de uma 'força' internacional, qual país precisa dos holofotes desse encontro para chamar a atenção para o tema. O Brasil foi escolhido, justamente, pela deficiência que ainda vive quando se trata de mulheres na política”, destaca a advogada Luciana Lóssio.

Atualmente, na legislatura brasileira da Câmara dos Deputados, apenas 52 Deputadas estão em exercício, já os homens chegam a 460. No Senado Federal, das 81 vagas, apenas 13 são ocupadas

por mulheres. Para Luciana Lóssio é vergonhoso que dos 27 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, apenas Roraima seja governada por uma mulher. Ainda, de acordo com a redação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015, entre os 20 países da América Latina, o Brasil só está à frente do Haiti nos baixos números referentes à representação feminina no Poder Legislativo.

Mundialmente falando, a situação brasileira é ainda mais preocupante, sobressai a ministra do TSE, Luciana Lóssio. Um estudo realizado pela organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, a União Interparlamentar (UIP - ou IPU, em inglês), mostra que, dos 145 países analisados, o Brasil ocupa o 115ª lugar no ranking que trata da representação das mulheres nos parlamentos mundiais - perdendo, inclusive, para países como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Iraque e Síria, que limitam abertamente a liberdade feminina.

A próxima edição da Reunião Ibero-Americana de Magistradas Eleitorais, já com a presença da Associação, será realizada no Uruguai, ainda sem dia e mês definidos.